

Violências, Desigualdades e (Re)existências: cartografias psicossociais

(Orgs.)

João Paulo Pereira Barros

Jéssica Silva Rodrigues

Luis Fernando de Souza Benicio

Organizadores:

João Paulo Pereira Barros

Jéssica Silva Rodrigues

Luís Fernando de Souza Benicio

**VIOLÊNCIAS, DESIGUALDADES E
(RE)EXISTÊNCIAS: CARTOGRAFIAS
PSICOSSOCIAIS**

Fortaleza - CE

2021

VIOLÊNCIAS, DESIGUALDADES E (RE)EXISTÊNCIAS: CARTOGRAFIAS PSICOSSOCIAIS

© 2021 Copyright by **João Paulo Pereira Barros, Jéssica Silva Rodrigues,**

Luís Fernando de Souza Benicio

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Projeto gráfico e diagramação:

Renan Rodrigues

Capa:

Alexandre Heverton Maia Lima e Francisco Alberto Bessa Filho

Revisão:

Rayana Vasconcelos da Costa

Conselho Editorial:

Dra. Verônica Moraes Ximenes (UFC) - coordenadora

Dra. Alessandra Silva Xavier (UECE)

Dra. Ana Carolina Borges Leão Martins (UFC)

Dra. Bárbara Barbosa Nepomuceno (Faculdade Ari de Sá)

Dra. Elívia Camurça Cidade (Faculdade Ari de Sá)

Dr. Emanuel Meireles Vieira (UFC)

Dr. Guilherme Augusto Souza Prado (UFDPAR)

Dr. João Paulo Macedo (UFDPAR)

Dr. Léo Barbosa Nepomuceno (UFC)

Dra. Luciana Lobo Miranda (UFC)

Dra. Lucila Moraes Cardoso (UECE)

Dra. Mariana Tavares Cavalcanti Liberato (UFC)

Dra. Monalisa Pontes Xavier (UFDPAR)

Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha (UFC)

Dr. Pedro Renan Santos de Oliveira (FACELI/ES)

Dra. Vlândia Jamile dos Santos Jucá (UFC)

Ficha Catalográfica - *Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães - CRB 3/801-98*

Violências, desigualdades e (RE) existências: cartografias psicossociais / Organização de João Paulo Pereira Barros, Jéssica Silva Rodrigues e Luís Fernando de Souza Benicio.- Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.

420 p.: il.

ISBN: 978 - 65 - 5556 - 170 - 8

11. Violência urbana 2. Desigualdades sociais I. Barros, João Paulo Pereira II. Rodrigues, Jéssica Silva III. Benicio, Luís Fernando de Souza IV. Título

CDD: 307.76

Juventudes e grafias urbanas: normatização e profanação do espaço urbano

Rodrigo Kreher

Carolina dos Reis

Oriana Holsbach Hadler

Neuza Maria de Fátima Guareschi

Introdução

Contestação, arte, movimento político-cultural, crime ou rebeldia, a prática da pichação, ao longo dos anos, vem sendo discutida e analisada por diferentes pesquisadores a partir de múltiplos vieses. Neste capítulo, não buscamos analisar a pichação, mas com ela refletir sobre as formas de gestão e uso do espaço urbano e, por meio destas, sobre os modos de viver a cidade pelas juventudes. Ao pluralizarmos a palavra *juventudes*, entendemos esse grupo populacional como um entrecruzamento de forças múltiplas que atravessam e constituem o ser jovem no cenário brasileiro atual – composto por experiências constituídas a partir de seus territórios e movimentos (CASTRO; BICALHO, 2013). Partimos, portanto, da compreensão de que cidade e subjetividade são elementos coengendrados, isto é, de que o desenho urbano incide sobre os modos de subjetivação, da mesma maneira que se constitui como produto das relações que estabelecemos entre nós no território das cidades. Dessa forma, a composição estética e urbanística da cidade é ela mesma uma prática discursiva que incide sobre as formas de ser jovem.

Acompanhamos a experiência de um personagem, sujeito jovem que se experimenta como pichador pelas ruas de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e que, a partir desse lugar, tece novos modos de circular, ler, habitar e usar a cidade onde vive. Mediante essa experiência, buscamos refletir sobre os modos de governo da vida afirmados por meio da gestão estética da urbe, aquilo que é definido como o que deve ser visto e o que

deve ficar na invisibilidade, as regras de uso dos espaços, as juventudes convidadas a circular e por onde. As edificações, fachadas, muros e monumentos são entendidos aqui como uma narrativa de cidade. A pichação, ao desmontar padrões estéticos, desorganiza as práticas de gestão, enuncia outros modos possíveis de relação com a paisagem urbana. Ela dá lugar a um discurso não oficial, transforma o muro em um campo de experiências múltiplas, provoca outras possibilidades de relação com o espaço público, o restitui à possibilidade de uso comum e, com isso, denuncia as práticas de expropriação e museificação da cidade.

Neste capítulo, o objetivo é discutir a prática da pichação como uma estratégia de profanação dos dispositivos de normalização do espaço público e urbano. Partimos dos conceitos de governamentalidade de Michel Foucault e do diálogo entre a noção de resistência, desse mesmo autor, e a noção de profanação em Giorgio Agamben, para pensarmos a pichação não como ação antagônica aos modos instituídos de viver nas cidades, mas no seu potencial irruptivo, na medida em que a sua prática negligencia os códigos de conduta estabelecidos, brincando com as normativas urbanas.

Experienciando a cidade sob o olhar, mãos, ações e pichos de um jovem, esta escrita percorre três momentos que problematizam os modos como vivemos e nos relacionamos uns com os outros e com os espaços que nos cercam. No primeiro momento, acompanhamos a experiência em uma cidade noturna onde, por meio de precauções quanto a um método de grafar espaços citadinos, o olhar jovem problematiza as estratégias de vigilância e consumo da normalidade urbana. No segundo momento, partindo da pichação como ferramenta que desafia o direito à propriedade, nossa escrita volta-se para analisar as práticas de governo e as práticas de liberdade no espaço citadino. Finalmente, no terceiro momento, voltamos nossa análise para as grafias urbanas, pensadas como práticas de resistência e dessacralização dos espaços urbanos pelas juventudes contemporâneas.

Grafar a cidade

Tudo começou em uma oficina improvisada, onde era possível identificar tintas em *spray* nas cores vermelha, preta, azul e verde, lâminas de raio x, caixas de papelão, folhas de papel ofício e alguns estiletes. Com

exceção da tinta em *spray*, os demais instrumentos eram utilizados para confeccionar um estêncil com a *tag*, aquela assinatura ou codinome que registra a autoria de um grande número de pichações e grafites. Era fácil observar que, com o rápido movimento das mãos, o jovem montava uma espécie de sanduíche com a folha de ofício, a lâmina de raio x e o papelão, de modo que, depois de fatiado, ele descartava as sobras da folha de ofício e do papelão. Ao fim desse procedimento, mantinha apenas a lâmina recortada já como um estêncil .

A lâmina de raio x é ótima para esse tipo de atividade, pois seu material possui boa durabilidade e impermeabilidade, impedindo que a tinta que se espalha com o jato do *spray* passe para o muro de forma indesejada, além de poder ser guardada e utilizada em mais de uma ocasião. Nas noites secas, quando afixado bem rente à parede que se quer grafar, o estêncil de lâmina de raio x faz com que a tinta não borre ou escorra, deixando os contornos da caligrafia da *tag* quase perfeitos.

Em uma profícua discussão interna, o jovem chegou à conclusão de que sua assinatura deveria expressar certa inconformidade, indignação, insatisfação e até mesmo insubmissão. *Die Rächer*, que em alemão significa “Os Vingadores”, foi o nome escolhido. A opção pela escrita em alemão pareceu-lhe bastante ruidosa e desconcertante, soando para muitos indecifrável. Em português, além de rapidamente decodificável, corria o risco de ser associada à franquia de filmes de super-heróis baseada na história em quadrinhos da *Marvel Comics*; em espanhol, por mais sonora que possa parecer, uma tradução desavisada de “Los Vigilantes” poderia confundir com o vigilante/vigia que faz a guarda ou a segurança de alguma coisa, pessoa ou lugar.

Sua intenção era outra. Não sabia muito bem a quais questões esses nomes estavam atrelados, de onde vinham e por que apareciam daquela forma. Naquele momento, despertava-lhe maior curiosidade saber o que o ato de pichar e a prática da pichação poderiam fazê-lo experimentar enquanto pichador, assim como os efeitos naqueles que, de um jeito ou de outro, o acompanhassem nessa incursão urbana ou passassem por uma de suas produções.

É assim que o sujeito jovem aqui transcende a categoria etária de uma juventude encerrada em períodos temporais e passa a dizer de outro

lugar, a partir de outra relação estética com a cidade, seus habitantes, suas marcas:

A marcação com o nome próprio de alguém que é apenas um indivíduo comum, “qualquer um”, um jovem, um menino, tem o poder da fragmentação do espaço da cidade dominado pelo homem branco vestido com seu paletó de marca e carrões importados. A mancha da tinta, a letra incompreensível, a tag tão miserável quanto ousadamente lançada sobre o muro, elimina o caráter inteiro, rompe com a ideia de “todo” do muro. Um muro não é mais todo e assumiu outra ontologia e outra dignidade (TIBURI, 2013, p.45).

Em pouco tempo, já era possível reconhecer não só um traço, mas também um conteúdo e uma distribuição territorial comum de suas pichações pela cidade. Vagava ao encontro de muros e paredes pelas madrugadas dos bairros Centro, Cidade Baixa, Bom Fim e Rio Branco, bairros de classe média de Porto Alegre que, com mais três ou quatro, formam aquela paisagem que se convencionou consumir como o verdadeiro espírito da capital gaúcha. Também era por essa vizinhança que esse jovem morava, circulava, convivia, bebia e agora pichava. Conhecia bem alguns dos seus instituídos, habitava essas posições quase regulamentadas e era na direção delas que seu picho parecia endereçar-se.

“Libertem os carrinhos”! Foi uma de suas primeiras pichações, feita na parede externa de uma unidade de uma conhecida rede de supermercados, à época situada em uma importante e movimentada via de conexão entre o centro e a zona leste da cidade. Essa pichação clamava pela libertação dos carrinhos de compras, que eram deixados acorrentados ao lado da parede, próximos da porta de acesso do estabelecimento comercial. Nessa mesma porta, mas do lado de dentro da loja, por meio de uma placa, os clientes em marcha eram energicamente alertados: “Proibido sair com os carrinhos”. Ora, não são raras as ocorrências de velhinhas e chefes de família pilotando imprudentemente um carrinho de compras pelas calçadas de um bairro burguês, em fuga dos bem treinados homens que fazem a segurança privada desses estabelecimentos. Um problema tão evidente, recorrente e relevante era digno de ser registrado pelo picho.

Seu processo criativo era relativamente simples; a inspiração estava na cidade e podia ser despertada a qualquer momento, caminhando, passando de ônibus, degustando um café ou delirando um vinho. Observava os acontecimentos mais cotidianos, a vida pública das pessoas, as construções, a arquitetura e o que a cidade nos leva a fazer; a placa, o sinal, o anúncio, o monumento, o símbolo, e como estes e tantos outros elementos nos educam, nos contornam e nos disciplinam.

Perambular pelas ruas na calada da noite em busca da parede perfeita proporcionava-lhe outra experiência com a cidade onde vivia. Tipificada como crime pelo direito penal brasileiro, a pichação, para ser realizada, exige uma série de estratégias para reduzir os riscos de o pichador ser capturado. Em relação aos horários noturnos, aprendeu que o período mais tranquilo e seguro compreende aquele espaço de tempo em que a maior parte das ruas se encontra totalmente vazia, quando a maioria da população já está dormindo e ainda não acordou para a sua jornada de trabalho. São três ou quatro horas em que a circulação dos pedestres é bastante reduzida, assim como a da frota de veículos particulares ou mesmo do transporte público coletivo.

Outro aprendizado interessante refere-se às estações do ano e às condições climáticas que pairam sobre a cidade. Acompanhar a previsão do tempo pode ser extremamente útil. Nos meses de verão ou em outros dias quentes, a cidade noturna costuma estar mais agitada; notívagos de todos os lados deslocam-se para as zonas de boemia em busca de diversão. Bares, restaurantes, botecos e boates costumam ficar lotados de gente, e, para atender ao vai e vem de todo esse público, o movimento de carros de praça e de outros serviços privados de condução de passageiros é intensificado até altas horas da madrugada. O mesmo pode ser verificado nos finais de semana de tempo bom, independente da estação do ano, quando muitos estabelecimentos possuem autorização da prefeitura para funcionar até um pouco mais tarde.

Desses dois aprendizados, decorrem ainda uma terceira e uma quarta precauções a serem tomadas. A terceira diz respeito ao calendário de eventos da cidade. Datas comemorativas, como Natal e Ano Novo, grandes eventos, como *shows* nacionais ou internacionais, festivais artísticos e culturais, festividades públicas, torneios esportivos e manifestações

políticas, podem mobilizar multidões, fazendo com que uma parcela significativa da população ocupe as ruas e outros espaços públicos de maneiras e em horários atípicos ou inusitados para o cotidiano noturno da cidade.

Com isso, chega-se à quarta precaução, quando, para essas ocasiões, se deve também esperar e estar preparado para uma atuação mais ostensiva, organizada e, em muitos casos, conjunta das diversas forças policiais e de repressão que compõem a política de segurança pública. Por mais que essas operações não sejam montadas especificamente para capturar pichadores, é nessa teia que poderão ser enredados, uma vez que elas nada mais são do que táticas de uma mesma estratégia de vigilância da normalidade urbana.

Agora, a circulação noturna deste jovem já não estava mais exclusivamente restrita ao circuito de consumo instituído pelas relações capitalistas como lugar e função da noite urbana. Ofertar ao sujeito, em certa medida, o descanso, o convívio e o cuidado familiar, ou então as atividades e serviços noturnos da ordem do lazer e da cultura, organizados e disponibilizados como se fossem um menu das liberdades, como única possibilidade de uso do seu tempo discutivelmente ocioso, ao mesmo tempo em que atinge somente uma parcela da população, continua por recobri-la quase em sua totalidade sob uma mesma estratégia de governo. A noite nos bares, restaurantes, cinemas e teatros, quando não é ocupada como labor, funciona como fixação do sujeito em um processo de normalização que articula, no mínimo, tempo, espaço e consumo.

A pichação, ainda que não o colocasse fora deste mecanismo, apresentava-se como uma prática de respiro e tentativa de resistência a essa lógica que agora aparecia como um problema também na sua relação com a cidade. No exercício de deixar de ser mero consumidor da noite urbana, passava a ocupá-la como dissidente daquilo que havia se programado para seu encontro com ela, confabulação essa que expressou com a pichação: “Para tudo nessa vida tem limite!”. Uma vez que o jogo de aceitabilidade e reprovabilidade do picho está sempre balizado pelo encontro dos limites do bom senso com o da lei; valendo-se desse enunciado, do qual não raras vezes se lança mão para, em uma espécie de contínuo, moralizar socialmente e criminalizar juridicamente a própria pichação, o jovem

pichador buscava inverter o seu uso, estabelecendo-o como condição para, a partir daí, participar do jogo da vida urbana.

No entanto, algumas dessas questões relativas à organização e ao planejamento da cidade, assim como o modo com que seus serviços passavam a funcionar durante a noite, questões que havia mapeado como elementos de precaução em sua metodologia de picho, dentro de pouco tempo, começaram a apresentar-se já não tão confiáveis. Como se fora da noite para o dia, quando quase ninguém vê, o poder executivo municipal, por meio da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC), passou a intensificar a fiscalização do alvará de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, como bares, restaurantes e casas noturnas. Essa ação voltava-se, sobretudo, para o bairro Cidade Baixa, importante reduto boêmio da capital gaúcha e um dos territórios de pichação do jovem.

Com o apoio da associação de moradores e comerciantes do bairro, que, desde o momento em que a Cidade Baixa se consolida como um dos destinos boêmios da cidade, tensiona o poder público, exigindo uma atuação política sustentada em práticas de higienismo social e urbano, a SMIC passou a autuar uma série de estabelecimentos por meio de medidas que iam desde notificação e multa até interdição ou mesmo perda da licença de funcionamento. Para a efetividade dessas ações, a SMIC articulava-se com a Guarda Municipal e a Polícia Militar, esta última, na época, também responsável pelo registro dos boletins de ocorrência.

Neste período, quando saía para aquecer a inspiração até o horário em que os bares fechavam e as ruas ficavam quase adormecidas e propícias para o picho, o jovem costumava frequentar um pequeno bar localizado na Rua da República. Impossível lembrar até que horas tinha liberação para funcionar. Entretanto, considerando que se tratava de um estabelecimento com uma proposta bastante simples – comer, beber e conversar nas poucas mesas de que dispunha em seu comedor interno ou no passeio, servindo ora de obstáculo para os pedestres, ora de encontro forçado com as mais inusitadas figuras e histórias –, a permissão de seu alvará seguramente não ultrapassava as 12 badaladas.

Até aqueles dias, extrapolar o limite de horário de funcionamento determinado pelo poder público consistia em uma prática relativamente comum. A relação contraída entre os proprietários e gerentes dos bares,

seus clientes, em especial os *habitués*, a vizinhança residencial incomodada e insone e os agentes públicos de fiscalização, por mais que estivesse bem longe de ser aprazível, ainda não havia partilhado daquele nível de tensão que viria a instalar-se. O papel desempenhado pela SMIC restringia-se à formalidade do mandado da lei, de modo que toda a sua eficácia ficava dependente da ação da polícia militar. Em outras palavras, quando o relógio estava próximo da meia-noite, o que entrava em cena eram as viaturas, com as luzes das sirenes ligadas, e alguns membros da cavalaria, que desfilavam com seus sabres à cintura.

A estratégia criada pelos donos de bares, que entendiam essa ação mais como um toque de recolher do que como atividade de fiscalização, era, pouco antes de a carruagem virar abóbora, recolher quase tudo que havia na calçada para o lado de dentro – mesas, cadeiras, bebidas, copos, cigarros, bêbados e amigos –, descer a porta de enrolar de ferro, apagar as luzes e suplicar silêncio até que a tropa se desse por satisfeita e fosse embora. Contudo, dar-se por satisfeito, além de aparentemente fechar alguns estabelecimentos, também significava amedrontar a todos e agredir, expulsar ou mesmo deter outros poucos, em geral andarilhos, artistas e moradores de rua.

Desvelava-se o que estava em jogo. Em nome da segurança e do direito de descanso dos cidadãos, instaurava-se uma política da força que, visando a reorganizar as práticas de uso aceitáveis e permitidas para o bairro, inviabilizava o exercício da profissão de alguns donos de bares, em alguns casos, provocando o encerramento de suas atividades. Instituíam-se um horário de circulação pelas ruas, bem como do número de pessoas. Prometia-se expulsar aqueles que, na rua, de modo autônomo, independente, informal ou ilegal, encontravam o seu modo de subsistência. Em câmbio, abria-se espaço para a instalação de novos empreendimentos comerciais mais amplos, limpos, iluminados, seguros e refinados, os quais poderiam atrair um novo público para consumir e ocupar a Cidade Baixa.

Mobilizado por esses acontecimentos, o jovem pichador foi levado a deixar sua leitura, contribuição e proposta para a mediocridade que achatava as noites na Cidade Baixa. Quase na esquina da Rua Luiz Afonso com a José do Patrocínio, vislumbrava uma larga chapa de metal amarela

que forma a parede dos fundos de uma dessas bancas de calçada que vendem jornais e revistas, a qual fica inteiramente voltada para a rua. Apesar de a maior parte desses contêineres vestir atualmente cinza com estampas publicitárias, na época, eles eram lisos de um amarelo ouro, superfície perfeita para receber um toque de tinta preta.

A cor amarela é considerada uma das mais atrativas e perceptíveis ao olho humano, e a sua sobreposição com o preto produz um forte contraste, fazendo com que a linha de fronteira entre uma e outra apareça de forma bem visível e contornada. O resultado costuma ser uma imagem bem chamativa e definida, mesmo quando vista de uma distância relativamente longa. Van Gogh sabia disso e utilizava com maestria essa estratégia, assim como fazem em sua grande maioria as placas de trânsito. O picho era nítido. Ocupar um espaço público, para esse sujeito jovem, é inventar novos, diferentes e dissociativos usos da cidade – “Valeu SMIC! Quanto menos gente na rua, melhor para nós!”.

Governar a cidade

O que essa experiência de pichação nos permite pensar sobre nossos modos de habitar as cidades? O que ela nos fala sobre os jogos entre as práticas de governo e as práticas de liberdade no espaço urbano? O que enuncia a respeito da gestão das cidades e seus efeitos nos modos como vivemos e nos relacionamos uns com os outros e com os espaços que nos cercam?

Não trazemos a pichação aqui para destacá-la como arte de protesto, não por displicência quanto ao seu potencial de contestação, mas porque gostaríamos de chamar atenção para a multiplicidade de efeitos e de conexões possíveis presentes no ato de pichar. Interessa-nos abrir a “caixa-preta¹” da pichação, não para tentar desvelar seus sentidos, mas

1 Latour (2000), ao tomar as ciências como objeto de estudo, propõe-se a examinar o que chamou de “caixa-preta das ciências”, que seria o processo de obscurecimento dos modos de fabricação dos fatos científicos apresentados como produtos finais, conclusões, verdades desveladas. O que interessa a Latour (2000) é examinar a caixa-preta antes que ela se feche. Isso significa focar mais o processo de pesquisa do que os achados da ciência. A pesquisa é o momento em que se constitui o modo de fabricação das verdades enunciadas. As verdades não são, portanto, fatos descobertos que preexistiam na natureza como tal à espera de serem identificados pelo homem; elas são fabricações de uma rede de atores e somente se conservam como verdades porque formam alianças para resistir às controvérsias (Latour, 2000). Ao olhar

antes para pensar sobre seus possíveis efeitos em nossa relação com o espaço citadino. O picho não provoca somente alterações na estética urbana; ele produz outras sensibilidades entre os transeuntes e o muro. Ao pichador, proporciona novas possibilidades de relação com a noite urbana, oferece novos percursos. Não é apenas sua pichação que transforma a cidade – ele também se faz outro por meio da pichação.

São esses múltiplos engendramentos presentes no picho que conduzem nosso pensamento sobre as práticas de governo e de liberdade exercidas no espaço urbano. Eles nos permitem compreender que cidade e subjetividade não são elementos dicotômicos, em que a cidade seria uma exterioridade que age sobre a subjetividade, mas são, como as concebe Batista (2010, p. 213), elementos coengendrados, pois o traçado urbano possui, em “suas linhas, formas particulares de experienciar o tempo, a alteridade e a nós mesmos”. Portanto, as cidades não são somente os espaços por onde o homem se desloca, mas são “também um modo de operar e dar sentido à existência”.

A dinâmica das cidades compõe o conjunto de emergências históricas e culturais que participam de nossa constituição como sujeitos. Logo, pensar a cidade implica pensar sobre como esta produz a emergência e o funcionamento de processos de subjetivação (FOUCAULT, 1995). Ao falarmos em processos de subjetivação, marcamos uma diferença entre a forma como, historicamente, em especial dentro do campo de estudos da Psicologia, têm sido compreendidas as relações entre individual e social como elementos dicotômicos, representantes de algo que diz respeito ao binômio interioridade e exterioridade. Marcamos, ainda, uma ruptura com a concepção de interioridade identitária para pensarmos na constituição de modos de vida em permanente processo de transformação. A subjetividade é entendida aqui não como estrutura, mas como um contínuo vir a ser, forjado pelas contingências do presente, em conexão com os processos culturais, econômicos, tecnológicos, midiáticos, urbanos etc. (FERREIRA NETO, 2012).

A partir da compreensão dessa imbricação entre cidade e subjetividade, torna-se possível pensarmos sobre os efeitos dos modos de gestão das cidades na maneira como as juventudes vivem e se relacionam nelas/com

para o processo de pesquisa, isto é, para o momento anterior ao fechamento da caixa-preta, seria possível, então, evidenciar os múltiplos elementos que compõem os fatos científicos.

elas. A cidade, ao ser tomada como modelo de vida coletiva, constituiu-se como um veículo que proporciona uma indissociabilidade entre política, poder e subjetividade, isto é: do modo como vivemos uns em relação aos outros na cidade; da cidade como um campo privilegiado de ação que tem como alvo a gestão da vida; e da emergência de um espaço para o pensar e o sentir constitutivos daquilo que somos (SILVA, 2013).

Da mesma forma, tal como alerta Silva (2013), também não podemos confundir os termos *espaço urbano* e *vida urbana*, ainda que ambos estejam intrinsecamente relacionados. O primeiro refere-se à distribuição e organização das cidades; já o segundo tem a ver com os modos como nelas vivemos. Entretanto, é por meio dos mecanismos de gestão dos espaços que são incitados determinados modos de viver na pólis. As cidades operam como marcos de estratégias socioeconômicas e políticas que se inscrevem na vida urbana.

Assim, refletindo sobre a pichação na sua relação com o processo de gestão das cidades, passamos a atentar para a economia geral de poder que atravessa as disputas nos processos de construção das cidades. É importante destacar que, ao falarmos nas práticas de gestão das cidades, não estamos nos voltando exclusivamente a uma discussão acerca das ações do Estado sobre uma população passiva, nem estamos dizendo que, especialmente no cenário contemporâneo, o próprio Estado não seja atravessado por outros atores, nem que sua gestão não esteja a serviço de interesses outros que não aqueles pertinentes a algo da ordem da administração pública. Antes disso, é preciso afirmar que, quando nos referimos ao Estado, dentro da perspectiva descrita por Foucault (1977-1978/2008), entendemos que ele não é o centro de irradiação do poder, mas parte de um conjunto de relações de poder. Portanto, ao colocarmos em análise as práticas de gestão do território urbano, as entendemos como um processo composto por correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nas instituições, nos grupos, nos aparelhos de produção e que atravessam o corpo social (FOUCAULT, 1988/2006).

Nesse sentido, referimo-nos a um processo mais amplo, o qual foi colocando a gestão da conduta dos indivíduos e o ato de governar como partes das ações cotidianas dos próprios cidadãos. Esse processo, Foucault denominou de governamentalidade.

Por esta palavra “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que pode se chamar de governo sobre todos os outros – soberania e disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 1977-1978, p. 143-144).

No curso *Segurança, Território e População*, Foucault (1977–1978/2008) analisa a importância da cidade como ferramenta de governo populacional, posto que é pela gestão da cidade que se encontrou, desde o século XVII, um modo de governo que não age de maneira coercitiva, que se caracteriza como uma obediência direta ao poder soberano, mas que age de forma que os elementos de realidade funcionem uns em relação aos outros. Por meio da gestão das cidades, constituir-se-á uma série de aparatos de governo sobre a população, com o objetivo de produzir uma forma de fazê-la agir voltada para a efetivação de uma agenda política e econômica. É nesse arranjo composto pela emergência do problema da população como alvo do governo e das cidades como ferramenta de gestão que se desenvolverá um conjunto de saberes, os quais darão suporte a uma determinada racionalidade governamental.

Assim, o problema do governo da população também é o problema do governo da cidade. Esta vai passar a ser pensada, estudada, organizada como uma unidade coerente, homogênea e bem regulamentada, orientada a partir de ambiciosos projetos urbanísticos, que terão na proposta de cidade ideal de Georges-Éugene Haussmann a sua principal inspiração. Levada a cabo inicialmente em Paris, incentiva a formulação de projetos de requalificação urbana em todo o ocidente, inclusive no Brasil, como é o caso de cidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre. Vale ressaltar que,

em nosso território urbano, essas reformas deram seus primeiros sinais ainda no final do século XIX e, estendendo-se até o início dos anos 30 do século seguinte, foram fortemente influenciadas pela filosofia positivista que dominava a política da época, exercida ao longo desse período pelo extinto Partido Republicano Riograndense (BAKOS, 1998).

Podemos destacar como alguns dos elementos políticos que orientavam a concepção de tais projetos, a funcionalidade econômica e social das cidades na mudança de uma sociedade eminentemente rural para uma sociedade urbana e industrializada, associada ao processo de secularização do mundo ocidental; a emergência do nacionalismo de Estado; e o esboço de uma cidadania formal. Foucault (1977–1978/2008) salienta que o modelo de espaço urbano projetado por Haussmann, esteticamente voltado para o enobrecimento e homogeneização das regiões centrais da cidade, agregava quatro ou cinco estratégias principais com vistas a maximizar o escoamento da produção, a circulação interna de bens e pessoas, a vigilância e a sanitização dos corpos e espaços e a contenção de tumultos urbanos em tempos de crise econômica e instabilidade política. Em outras palavras, o que estava colocado era o projeto de uma cidade produtiva, ordenada, republicana e do progresso.

O espaço considerado adequado pelo discurso utópico e urbanístico era aquele livre das poluições físicas, mentais ou políticas que pudessem comprometer os centros urbanos, caracterizado pela criação de um sujeito universal e anônimo que seria a própria cidade (CERTEAU, 1990/2014). A pichação desafia esse ideal de pureza estética e sensível das cidades, tanto porque avança sobre o direito à propriedade e suas conveniências, quanto porque altera a paisagem frente à lógica de museificação urbana. Nesses termos, ainda que não seja uma prática exclusiva de um determinado grupo populacional, é na grafia do sujeito jovem que o picho convoca para os muros uma disputa pelo direito à cidade, tornando-se uma “rasura-inervação, tapa na delicada ‘pele’ da fachada branca e lisa como o rosto de um homem branco europeu.” (TIBURI, 2013, p. 45).

As cidades cada vez mais têm se submetido a projetos homogeneizadores pautados por um modelo internacional que visa atrair turistas. Projetos de “preservação do patrimônio cultural e arquitetônico” e de “revitalização” das cidades são desenvolvidos de forma naturalizada, sem

um movimento de reflexão sobre o que significam, a quem servem e que efeitos produzem no desenho e na vida urbana. No entanto, o que ocorre muitas vezes no processo de “preservação” é justamente o apagamento da história, a remoção das marcas em nome da presentificação do passado, presa em um simulacro, no esforço de controlar a ordem simbólica dos prédios, muros, monumentos, viadutos e praças pela estratégia da uniformização patrimonial. Jeudy (2005) afirma que a restauração é ela mesma um ato de destruição, por criar uma unidade fictícia da cidade.

[...] é impossível restaurar o que um dia foi grande ou belo em arquitetura, tão impossível quanto ressuscitar os mortos. A restauração inverte o sentido do movimento intrínseco do destino de qualquer monumento que sobrevive a partir de sua própria transformação ao longo do tempo. A fidelidade à sua autenticidade original é uma ilusão puramente moralista. Trata-se de fazer crer que restaurar uma construção é conservá-la tal como era antes, quando, na verdade, o que se está fazendo é a operação contrária, isto é, desnaturalizá-la ao idealizar sua imutabilidade temporal (p. 87).

Essa operação busca induzir um único ponto de vista indiferenciado sobre a cidade, restabelecendo ordem nos vestígios do passado, tornando-os mais visíveis do que nunca. É um movimento de imobilização da cidade para que ela possa tornar-se objeto de conceitualização/definição (no sentido de “dar fim”), de formulação de uma suposta identidade para essa cidade-indivíduo que provoque uma estabilização do pensamento e da multiplicidade de sentidos possíveis presentes em nossa relação com qualquer cidade.

Com isso, não estamos nos posicionando contra a preservação de nossa história e memória urbana, nem apoiando a destruição e reconstrução das cidades mediante a substituição do velho, histórico, e talvez em desuso, pelo novo, moderno e funcional para as exigências daquilo que rege o nosso tempo. Questionamos enquanto um problema que nos atravessa e nos constitui, como e em que medida esse processo de museificação tem aparecido na formulação de políticas que objetivam gerir, produzir e performar a relação dos habitantes da cidade com os espaços públicos urbanos.

Profanar a cidade

Agamben (2007), ao analisar o fortalecimento do capitalismo na modernidade, afirma que os processos de museificação integram uma ferramenta importante de sacralização no contemporâneo. Por sacralização, Agamben entende o movimento que “subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada” (AGAMBEN, 2007, p. 65). Segundo o autor, esse movimento de sacralização é, sobretudo, realizado pela religião, retirando-se o que quer que seja da esfera do direito humano e da possibilidade de uso dos homens e passando-o, então, aos deuses. O dispositivo que opera essa separação é o sacrifício, exercido em uma série de rituais diversos e minuciosos que, combinados entre si, cuidam para que homens e deuses permaneçam em uma relação de distinção e veneração dos primeiros para com os segundos.

Agamben afirma que, no capitalismo contemporâneo, temos um “único, multiforme e incessante processo de separação” (AGAMBEN, 2007, p. 71), indiferente à cisão sagrado/profano, que passa a capturar e dividir toda coisa, lugar ou atividade humana, deslocando-a não para a esfera do divino, mas sacralizando-a na esfera do consumo e tornando todo o seu uso possível somente na forma de consumo ou espetáculo. A expressão máxima dessa forma de separação, consumo e exibição seria, então, evidenciada na figura do museu, para onde, pouco a pouco, toda produção humana, como a religião, a arte, a ciência e a política, vai sendo encaminhada e enclausurada, com o único objetivo de ser admirada e cultuada, mas jamais apropriada.

Entretanto, Agamben chama a atenção para um detalhe. O museu não é mais apenas um espaço ou edifício onde determinados objetos retirados de seus contextos de aparição são expostos ao público. A noção de museu expande-se para um processo de museificação do mundo

– em que todas as coisas, uma rua, uma praça, uma pessoa, uma história, um bairro e até mesmo uma cidade ou modo de vida pode ser transformado em um objeto museificado –, passando a indicar simplesmente a exposição de uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência (AGAMBEN, 2007, p. 73).

Frente a isso, voltamo-nos para formas possíveis de uso e apropriação dos espaços públicos urbanos como práticas de resistência e dessacralização dos mesmos pelas juventudes contemporâneas; sobretudo, daqueles que visam não a reformar a dimensão física desses espaços ou a política de gestão e seus instrumentos de vigilância e fiscalização que ajudam a produzi-los de tal forma, mas sim daqueles que profanam os usos instituídos e provocam aberturas para novas possibilidades de apropriação, fruição e produção de sujeitos.

Em uma entrevista concedida aos pesquisadores estadunidenses Hubert Lenderer Dreyfus e Paul Rabinow (2013), Foucault aponta para a existência geral de três tipos de lutas que, na história, podem ser encontrados de modo isolado ou misturados entre si, mas que, quando misturados, permitem que se verifique a sobreposição ou prevalência de um sobre os outros. O primeiro tipo é o das lutas contra as formas de dominação étnica, social ou religiosa, caracterizando muitos dos conflitos da Idade Média. O segundo é o das lutas contra as formas de exploração ou, nas palavras do filósofo francês, aquelas “que separam os indivíduos daquilo que produzem” (p. 278), mais evidente a partir e ao longo do século XIX. Por fim, o terceiro tipo é das lutas por subjetividade ou “contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, desse modo aos outros” (p. 278), estando mais presente no contemporâneo, justamente em razão da emergência do Estado como principal ponto de localização da elaboração, mediação, modulação, circulação e distribuição das práticas de governo enquanto ação de condução das condutas da população (FOUCAULT, 2007/1979).

É no campo das lutas por subjetividade que situamos e passamos a pensar o movimento de profanação sugerido por Giorgio Agamben (2007) como estratégia e prática de resistência frente às políticas de gestão do uso dos espaços públicos e da noite urbana nas suas formas de consumo e sacralização. Para o crítico do Direito, o movimento da profanação faria, em certa medida, o caminho inverso da separação, não mediante os mesmos rituais, dessacralizando e restituindo aquilo que fora separado ao uso comum dos homens. Contudo, essa restituição não implicaria devolver à coisa profanada o uso e a função que tinha inicialmente, antes de ser deslocada para a esfera do divino ou do consumo e exibição. Pelo

contrário, trata-se de profanar e ao mesmo tempo manter bloqueados aquele seu uso e sua função inicial e canônica e atribuir-lhe novos e diferentes usos, possibilitando a constituição de outras experiências.

Assim, profanar indica desligar os dispositivos de governo que, paradoxalmente, ligam ou estabelecem essa relação de subtração, separação e impossibilidade entre sujeito, objeto e uso. Agamben (2007) aponta no jogo e na brincadeira duas potentes formas de profanação, trazendo como exemplo o gato que brinca com o novelo de lã ou as crianças que jogam com símbolos religiosos antigos ou objetos que antes pertenciam ao domínio econômico. O autor afirma que, nesses casos, se faz um uso de modo consciente e gratuito daqueles comportamentos que seriam próprios das atividades em questão, não sendo assim cancelados, como ocorre na caça predatória da brincadeira entre gato e novelo de lã. No entanto, com a substituição do rato pelo novelo, tais comportamentos acabam desativados, abrindo-se para novos usos possíveis. Ainda que toda a gestualidade inerente à caça do felino seja mantida, o novelo, na medida em que não pode ser efetivamente caçado e consumido pelo gato, funciona como a libertação do rato da sua condição de presa, ao passo que o gato, quando caça o novelo, sem poder matá-lo e comê-lo, desativa sua condição de predador. Dessa forma, essas condições e atividades acabam por ficar esvaziadas do seu sentido e de sua finalidade primeira, estando abertas e à disposição para a produção de novos usos.

É nesse sentido que afirmamos o potencial do picho na produção de práticas de resistências às políticas de gestão do espaço urbano, não somente a partir do lugar de contestação, não somente quando evoca palavras de ordem que afirmam igualdade ou cidadania, mas também por sua capacidade de brincar com a noção das cidades como museus a céu aberto, transformando-as em caderno de poesia, em mural de recados, em galeria de arte pública, gratuita, democrática e participativa. A pichação opera, assim, na produção do espaço público, profanando seus usos instituídos e provocando aberturas para novas formas de habitá-lo, de retirá-lo de uma condição cômoda para determinados grupos populacionais. Nas palavras de Taborda e Bernardes (2018, p. 57), as “marcas e rastros de pixos e pichações incomodam porque provêm da ordem do ingovernável.”

A despeito das tentativas de petrificação da paisagem urbana, o picho garante que certa desordem visual persista e convida os cidadãos a criar seus próprios modos de leitura das cidades. São jogos agônicos que agem no dia a dia da cidade-habitada, aquela que não se limita às tentativas de objetificação operadas sobre a cidade-planejada. Ao mesmo tempo em que se constituem projetos de gestão e disciplinamento da vida nas cidades, não cessaram de proliferar movimentos contraditórios que escapam a esse poder gestor.

[...] são práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; são procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora (CERTEAU, 1990/2014, p. 162).

O ato da pichação, ao jogar com as normativas legais e com as regras sociais, provoca rupturas nas práticas de gestão da urbe por seu descompromisso constante com as formas instituídas de experiência. Na medida em que provoca novas estéticas urbanas, que faz outros usos dos muros da cidade, convida-nos também a experimentar novas formas de viver, provoca relações outras dos cidadãos com a paisagem urbana, constrói narrativas não oficiais da vida na urbe. O exercício de profanação das formas instituídas de viver na cidade constitui-se como uma prática de resistência, inserindo-se no campo de lutas pela subjetividade e provocando novas experiências de subjetivação urbanas.

Referências

AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BATISTA, L.A. Mesa - Impactos da (i)mobilidade na produção da subjetividade (p. 213-219). In: Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos**. Brasília: CFP, 2010.

BAKOS, M. M. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. *Estudos Avançados*, v. 12, n.33, 1998.

CASTRO, A. C.; BICALHO, P.P.G. Juventude, Território, Psicologia e Política: intervenções e práticas possíveis. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 33, p. 112-123, 2013.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. Originalmente publicado em 1990. FERREIRA NETO, J. L. . Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 16, n. 1, p. 111-120, 2012. Disponível em: http://www.pucminas.br/documentos/processos_subjetivacao.pdf. Acesso em: 24 out. 2014.

_____, M. . **História da Sexualidade I: A vontade de saber** (1988). 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006. Tradução de Maria Tereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque

_____, M. **Microfísica do poder**). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. Originalmente publicado em 1979, tradução de Roberto Machado

_____, M. **Segurança, Território, População: Curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Originalmente publicado em 1977-1978, tradução de Eduardo Brandão e Claudia Berliner.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: H. L. Dreyfus & P. Rabinow. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-251, 2013.

JEUDY, H. P. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. Tradução de Rejane Janowitz.

LATOUR, B. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora..** São Paulo: Editora UNESP, 2000. Tradução de Ivone C. Benedetti.

SILVA, R. L. Direito à Cidade. In: A.M.C. Ximenes, C. D. Reis; R.W. Oliveira. **Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias**. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2013. p. 109-122.

TABORDA, J. C.; BERNARDES, A. G. A produção da cidade higiênica: cartografias da prática da pichação para pensar a experiência urbana e a gestão dos fluxos. In: **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 20, jan-abr, p. 37-58, 2018. . Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/view/38925/26395>.

TIBURI, M. Direito Visual à Cidade: a estética da pichação e o caso de São Paulo. *In: Redobra*, n. 12, ano 4, p. 39-53, 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12_EN6_marcia.pdf